



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ  
VARA UNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

Processo Nº  
14329-21.2017.8.06.0182/0

Data - Hora  
10/11/2017 - 15:14



Dados Gerais do Processo 5785/17

Número Único 14329-21.2017.8.06.0182/0  
Tipo de Ação **PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - CÍVEL**  
Hierarquia Ação \PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de  
Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Ordinário  
Classe TODAS AS VARAS - 1V/1VJ  
Autuação 10/11/2017 10:43 Volumes 1  
Just. Gratuita NÃO Segredo de Justiça NÃO  
Órgão Julgador VARA UNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

Assunto(s)

**SEGURO**

Hierarquia: \DIREITO CIVIL\Obrigações\Espécies de Contratos\Seguro

Partes

Requerente : MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA  
Rep. Jurídico : 32838 - CE LORENA SOUSA FONTENELE  
Requerido : SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

5765/17

# Advocacia Especializada

Dra. Lorena Fontenele  
Causas: Cíveis, Trabalhistas, Previdenciárias e Criminais

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE VIÇOSA DO  
CEARÁ- CEARÁ

COMARCA VIÇOSA DO CEARÁ  
14329-21.2017.8.06.0182



PODER JUDICIÁRIO	
Comarca de Viçosa do Ceará	
SECRETARIA DA VARA	
Recebido hoje e protocolado sob o nº 11.214	
Em 31 de OUT	de 2017
Diretor (a) da Secretaria	

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE  
VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT**

*original*

**MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade (RG) nº 2001028037242 SSP/CE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 028.987.573-38, residente e domiciliado no Sítio Ubari, zona rural, na cidade de Viçosa do Ceará - CE, por sua advogada **LORENA SOUSA FONTENELE** que adiante assina, procuração anexa (doc.1), com escritório profissional na Rua Salustiano de Pinho, nº 405, Viçosa do Ceará, estado do Ceará, onde recebe intimações e notificações, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT**, face a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DOS SEGUROS DPVAT S/A**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro - Rio de Janeiro / RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, pelos motivos a seguir expostos:

*LoF.*

Rua Salustiano de Pinho, nº 405, Viçosa do Ceará-CE, Bairro: Centro,  
CEP: 62.300-000. Fones: (85) 9.9698-8683, (88) 9.9750-1378.  
E-mail: [lorenasfontenele@gmail.com](mailto:lorenasfontenele@gmail.com)



# Advocacia Especializada

Dra. Lorena Fontenele

Causas: Cíveis, Trabalhistas, Previdenciárias e Criminais



## PRELIMINARMENTE

### Da gratuidade da justiça

A Lei 1.060/50, que estabelece normas para a concessão da assistência judiciária gratuita aos necessitados foi recepcionada por todas as Constituições que lhe sucederam.

O Requerente declara-se necessitado na forma da lei, não podendo arcar com os custos do processo, daí porque merece a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.

A parte promovente não tem interesse pela audiência conciliatória, razão pela qual requer seja designada a audiência de instrução.

## DOS FATOS

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 27/06/2017, conforme o Boletim de Ocorrência de nº 570-1070/2017, registrado na DELEGACIA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ – CE, quando dirigia sua motocicleta HONDA/POP 110I, ANO E MODELO 2016/2016, COR PRETA, PLACA PNR 0746, 2014/2015, CHASSI 9C2JB0100HR206770, de propriedade de FRANCISCO CARNEIRO DE ARAUJO, após o condutor do veículo desviar-se de um animal porco, chegando o notificante a perder o controle e caindo ao chão, ficando com lesões corporais conforme relatórios médico em anexo.

O Requerente FRATUROU O 2º E 3º PODODACTILOS ESQUERDO e Pé Esquerdo, conforme relatório de atendimento em anexo, o que ocasionou a perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, que o impossibilitou de realizar suas atividades diárias, gerando desconforto e dores fortes. Além, do desconforto físico e psicológico, visto que, o requerente no exercício de suas funções necessita de saúde total, ou seja, capacidade física.

Diante de tal circunstância, tornou-se ele beneficiário da indenização por invalidez permanente prevista no art. 3º, inciso II da lei nº 6.194/74, que trata do Seguro

Rua Salustiano de Pinho, nº 405, Viçosa do Ceará-CE, Bairro: Centro, 2  
CEP: 62.300-000. Fones: (85) 9.9698-8683, (88) 9.9750-1378.  
E-mail: [lorenasfontenele@gmail.com](mailto:lorenasfontenele@gmail.com)

# Advocacia Especializada

Dra. Lorena Fontenele

Causas: Cíveis, Trabalhistas, Previdenciárias e Criminais

Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT.



Ciente dessa condição, o Requerente iniciou o processo administrativo para receber a mencionada indenização, o que aconteceu, em parte, quando o pagamento foi liberado pela Seguradora LÍDER, no valor de **R\$: 1.687,50 (Mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** relativo à cobertura de invalidez, que fora depositado em sua conta bancária conforme se depreende da correspondência enviada pela Seguradora acima citada.

## DO DIREITO

### A Indenização por invalidez permanente no seguro DPVAT

Um dos pilares do Seguro DPVAT, dentre outros, é fornecer uma indenização em dinheiro àqueles que experimentam danos pessoais oriundos de acidente de trânsito. Essa cobertura por invalidez permanente está expressa no já citado art. 3º da Lei nº 6.194/74 em conformidade com a tabela anexada a este dispositivo legal inserido pela Lei 11.945/2009.

**Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.**

Vale ressaltar Excelência, que o valor da indenização a ser paga, deve também cumprimento à tabela legal, "hoje" prevista em Lei, o que anteriormente não se verificava. Portanto, apenas se requer o cumprimento da lei, determinando o atendimento às disposições do diploma legal. Senão vejamos:

Rua Salustiano de Pinho, nº 405, Viçosa do Ceará-CE, Bairro: Centro, CEP: 62.300-000. Fones: (85) 9.9698-8683, (88) 9.9750-1378.  
E-mail: [lorenasfontenele@gmail.com](mailto:lorenasfontenele@gmail.com)

fr.

3



# Advocacia Especializada



Dra. Lorena Fontenele

Causas: Cíveis, Trabalhistas, Previdenciárias e Criminais



## Anexo

Incluído pela Lei nº 11.495/2009

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
Comprometimento de função vital ou anatômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	Percentuais das Perdas
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b> <b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	
<b>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores</b>	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da	

Rua Salustiano de Pinho, nº 405, Viçosa do Ceará-CE, Bairro: Centro,  
CEP: 62.300-000. Fones: (85) 9.9698-8683, (88) 9.9750-1378.  
E-mail: [lorenasfontenele@gmail.com](mailto:lorenasfontenele@gmail.com)



# Advocacia Especializada

Dra. Lorena Fontenele

Causas: Cíveis, Trabalhistas, Previdenciárias e Criminais



mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Ademais Douto Julgador, quantificar sequelas existentes, atribuindo a cada órgão um valor taxativo, é visivelmente um ato, no mínimo abstrato, uma vez que é impossível, no caso em tela, por exemplo, precisar que o requerente, não sofreu incapacidade funcional de um dos membros.

Resta patente, então, que a indenização por invalidez permanente no Seguro DPVAT corresponde a até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e considerando a aplicação de malfadada Tabela, acima exposta, conclui-se ser o requerente merecedor de uma indenização de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, uma vez que para Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores corresponde a 70% do valor total, conforme se observa acima.

Valor legal - Lei 6.194/74	R\$ 9.450,00
Valor pago pela requerida	R\$ 1.687,50
Diferença que deve ser paga	R\$ 7.762,50

Vale ressaltar, que a inexistência de Auto de Exame de Corpo de Delito ou Laudo Pericial no processo não afasta o direito à complementação devida, já que é de comum entendimento jurisprudencial que o simples pagamento parcial da indenização, mediante procedimento administrativo, já é suficiente para a constatação de invalidez.

Ora Excelência, se a própria seguradora efetuou o pagamento parcial da indenização, incluindo o requerente no rol dos beneficiários e o indenizando nos

Rua Salustiano de Pinho, nº 405, Viçosa do Ceará-CE, Bairro: Centro, 5  
CEP: 62.300-000. Fones: (85) 9.9698-8683, (88) 9.9750-1378.  
E-mail: [lorenasfontenele@gmail.com](mailto:lorenasfontenele@gmail.com)



Rua Salustiano de Pinho, nº 405, Viçosa do Ceará-CE, Bairro: Centro,  
CEP: 62.300-000. Fones: (85) 9.9698-8683, (88) 9.9750-1378.  
E-mail: [lorenasfontenele@gmail.com](mailto:lorenasfontenele@gmail.com)



# Advocacia Especializada

Dra. Lorena Fontenele

Causas: Cíveis, Trabalhistas, Previdenciárias e Criminais



Conforme o que estabelece os arts. 186 e 927 do Código Civil Brasileiro.

**Art. 186 – Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927 – Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187) causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**

## DOS PEDIDOS

Por todo exposto, **requer:**

a) A concessão da gratuidade judicial por estar o autor sem condições de arcar com as custas processuais;

b) A citação da **requerida** no endereço supracitado, por correspondência com AR, para, querendo, contestar o presente feito, sob pena de revelia;

c) Seja julgado procedente o pedido determinando o pagamento da quantia de **R\$: 7.762,50 (Sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, valor correspondente a diferença a ser paga pela seguradora uma vez que para **Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores corresponde a 70% do valor total**, conforme se observa acima, tudo de acordo com o que determina a tabela anexa a Lei 6.194/74;

d) seja condenada a Requerida ao pagamento de **R\$: 3.881,50 (Três mil oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)**, relativos aos danos morais causados ao **Requerente**;

e) Seja condenada a **Requerida** ao pagamento de honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) e custas processuais sobre o valor da condenação;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, inclusive prova testemunhal, depoimento pessoal das partes.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 11.644,00 (Onze mil seiscentos e quarenta e quatro reais)**.

Rua Salustiano de Pinho, nº 405, Viçosa do Ceará-CE, Bairro: Centro,  
CEP: 62.300-000. Fones: (85) 9.9698-8683, (88) 9.9750-1378.  
E-mail: [lorenasfontenele@gmail.com](mailto:lorenasfontenele@gmail.com)

LF



# Advocacia Especializada

Dra. Lorena Fontenele

Causas: Cíveis, Trabalhistas, Previdenciárias e Criminais



Termos em que, pede deferimento.

Viçosa do Ceará, 31 de outubro de 2017.



**Lorena Sousa Fontenele**

-Advogada-

OAB/CE nº 32.838

Rua Salustiano de Pinho, nº 405, Viçosa do Ceará-CE, Bairro: Centro,  
CEP: 62.300-000. Fones: (85) 9.9698-8683, (88) 9.9750-1378.  
E-mail: [lorenasfontenele@gmail.com](mailto:lorenasfontenele@gmail.com)